



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

GILSA RIBEIRO REIS SILVA

ISABELA COSTA CHIZOLINI SIQUEIRA

**COLÉGIO ESTADUAL GOV. ALBANO FRANCO – RIACHUELO/SE -
CONHECER E PARTICIPAR PARA MUDAR: UMA PROPOSTA DE
INTEGRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO COM O AMBIENTE ESCOLAR.**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
JANEIRO/ 2016**

GILSA RIBEIRO REIS SILVA

ISABELA COSTA CHIZOLINI SIQUEIRA

**CONHECER E PARTICIPAR PARA MUDAR: UMA PROPOSTA DE
INTEGRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO COM O AMBIENTE ESCOLAR.**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento a uma das
exigências para obtenção do título de
especialista no Curso de Especialização
em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente
Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Escola como espaço de
promoção da cidadania e mediação de
conflito. 2016.**

**Professor Orientador: Prof. Dr. Marcos
Santana de Sousa**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
JANEIRO/ 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

SILVA, Gilsa Ribeiro Reis. 2016

Conhecer e participar para mudar: uma proposta de integração e identificação com o ambiente escolar. / Gilsa Ribeiro Reis Silva e Isabela Costa Chizolini Siqueira. -2016. 32 f.: 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Santana

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflito. 2016.

1. Ambiente escolar. 2. Violência. 3. Transformação I.

Santana, Marcos. II. Conhecer e participar para mudar: uma proposta de integração e identificação com o ambiente escolar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção das docentes Isabela Costa Chizolini Siqueira e Gilsa Ribeiro Reis Silva intitulado CONHECER E PARTICIPAR PARA MUDAR: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO COM O AMBIENTE ESCOLAR defendido e aprovado em pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Examinador/a 1)

(Examinador/a 2)

(Orientador/a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaríamos de agradecer à equipe de coordenação e a toda equipe de professores do Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege) que nos proporcionou as condições necessárias para o desenvolvimento desse trabalho e de todas as atividades.

Ao nosso orientador Prof. Dr. Marcos Santana que se disponibilizou através de e-mails e encontros presenciais para a orientação desse trabalho.

Às pessoas que direta e indiretamente colaboraram com a execução desse trabalho: professores, coordenadores e equipe diretiva da Escola Estadual Gov. Albano Franco em que foi aplicado o plano de intervenção. Aos funcionários do conselho tutelar que também colaboraram com as informações que precisávamos para o levantamento de dados.

Aos nossos familiares que nos compreenderam nas horas de ausência e nos ajudaram de forma direta ou indireta para a finalização desse projeto.

RESUMO

O presente projeto visa apresentar uma proposta de intervenção na Escola Estadual Governador Albano Franco envolvendo a comunidade escolar com o objetivo de mostrar aos alunos uma realidade diferente das drogas e violência com a qual estão acostumados a lidar. Para tanto, foram desenvolvidas atividades diagnósticas com a participação dos docentes e equipe diretiva da escola com a finalidade de identificar as principais causas da violência e abandono das atividades escolares por parte dos alunos e criar mecanismos para mantê-los dentro do ambiente escolar e longe dos agentes causadores da violência e ao mesmo tempo tornando-os agentes transformadores da sua própria comunidade.

Palavras-chaves: ambiente escolar, violência, transformação.

ABSTRACT

The present project aims to show a proposal of intervention in the Governador Albano Franco State School involving the school community with the objective to show to the students a different reality from the drugs and violence which they are used to deal.. So , diagnosis activities were developed with the involvement of teaching staff and administration team of the school with the aim to identify the main causes of the violence and the abandon of the homeworks from part of the students and to create mechanisms to maintain them in the school surrounding., far from the caused agents of the violence and at the same time to return them in transformer agents of your community.

key words : school surrounding, violenc , warning

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
SUMÁRIO.....	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	12
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	20
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

INTRODUÇÃO

O presente plano de intervenção é resultado do trabalho final de conclusão do curso de especialização em direitos infanto-juvenis (A escola que protege) e foi desenvolvido de acordo com as diversas atividades propostas nos módulos de estudo. O Planejamento foi feito para que seja aplicado na Escola Estadual Governador Albano Franco no município de Riachuelo/SE.

Trata-se de uma escola localizada na zona urbana central do referido município, onde uma grande parcela dos alunos mora relativamente perto da escola. Os alunos que residem em povoados possuem transporte regular para se locomover e frequentar as atividades escolares.

Estruturalmente falando, é uma escola pequena com apenas 9 salas onde funcionam nos três turnos o ensino médio regular pela manhã, o ensino fundamental maior no turno da tarde e o ensino médio regular e a EJAEF (Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental) pela noite. Inicialmente a proposta é para que esse plano seja desenvolvido com os alunos do ensino fundamental maior no turno da tarde pelo fato de serem os alunos que estão em contato direto com as pesquisadoras e pelo tempo limitado de se fazer um trabalho diagnóstico com toda a comunidade escolar. Posteriormente, as etapas seguidas nesse projeto poderão ser aplicadas nos demais níveis de ensino (ensino médio e EJAEF).

Primeiramente foi realizado um trabalho diagnóstico estrutural para saber que tipos de atividades poderiam ser desenvolvidas e quais os problemas encontrados para serem solucionados. As salas de aula são relativamente amplas e comportam um número pequeno de alunos no turno da tarde (em média 20 alunos por sala). Todas as salas possuem quadro branco e algumas com ventiladores para o melhor conforto durante os meses mais quentes do ano.

Não há na escola um espaço específico para o desenvolvimento de atividades de educação física e os alunos utilizam a quadra da prefeitura que fica fora do ambiente da escola. Para essas atividades também não existe material suficiente e de qualidade para práticas de esportes como por exemplo: bolas utilizadas em diversos esportes, rede para vôlei etc. ficando dessa forma o trabalho do professor de educação física bastante limitado.

Uma das salas de aula foi transformada em biblioteca que atualmente somente guarda os livros e os alunos não têm acesso ao ambiente. Não possui uma organização do

material disponível e também não há um sistema de empréstimo de livros para os alunos visto que não existem funcionários para exercer a função. Existe um laboratório de informática, porém também está desativado por falta de manutenção dos computadores e da própria sala de aula que não há condições de receber os alunos pelo cheiro de mofo devido ao tempo em que se encontra fechada.

Durante o tempo de realização do projeto foi feito um trabalho de observação do comportamento dos alunos e da comunidade em que vivem. O município de Riachuelo, distante 30 km da capital Aracaju, com uma população com um pouco mais de 9 mil habitantes, tem índices bastante significativos de violência no centro da cidade e ao redor nos povoados. O visitante que pegar um ônibus pra ir ao município também corre o risco de ser assaltado no meio do caminho pois todos os dias se tem notícias da ocorrência de assaltos em topiques. Essa realidade é vivida pelos funcionários que trabalham na escola e residem em outro município ou pelos próprios moradores que se queixam quando precisam ir à capital e são assaltados constantemente.

Os próprios alunos da escola por vezes são vítimas da violência e de assaltos que ocorrem na cidade (alguns já foram assaltados no caminho da escola). Outro fato bastante significativo são os casos de uso e venda de drogas (lícitas como bebidas alcoólicas e ilícitas como maconha) entre os jovens de diversas faixas etárias envolvendo os próprios alunos da nossa comunidade escolar. Esse fato causou uma grande preocupação com a realidade dos alunos dessa comunidade. Vivem em um local onde a violência é alarmante e ao mesmo tempo eles não conseguem ver na escola que frequentam um local prazeroso para o desenvolvimento de atividades de aprendizado.

Há relatos de jovens que foram alunos da escola e que se envolveram com drogas e roubos. Uns acabaram presos e outros assassinados em virtude de brigas e dívidas com entorpecentes. Os dados oficiais não foram possíveis de serem obtidos visto que muitas notícias não são divulgadas na imprensa, somente entre a comunidade local. Além disso, constata-se também um índice preocupante de alunas adolescentes grávidas na escola (No período da manhã somente no ano de 2015 foram 4 alunas grávidas com média de idade de 16 anos e no período da tarde foram 5 alunas grávidas com média de idade de 15 anos) . Muitas acabam abandonando os estudos para cuidarem dos seus filhos e sem apoio da família não tem como retornar ao ambiente escolar.

Diante desse quadro apresentado surgiu a necessidade de se fazer uma intervenção com o objetivo geral de envolver toda a comunidade escolar (professores, funcionários, alunos, equipe diretiva) para uma atuação em conjunto e transformar a realidade em que esses jovens estão inseridos tornando a escola um local onde eles queiram estar e aprender todos os dias e dessa forma conscientizar e educar os adolescentes através de exemplos e atividades lúdicas.

Para tanto temos como objetivos específicos:

- Estabelecer uma parceria entre outras instituições e a comunidade escolar apresentando aos alunos opções de estudo e trabalho além do meio acadêmico aos que não querem ingressar na faculdade.

- Promover uma interação entre a escola, a família e profissionais envolvidos com o projeto.

- Desenvolver oficinas com os estudantes com o intuito de identificar as habilidades específicas de cada aluno.

- Apresentar aos alunos uma realidade diferente a que eles estão acostumados em meio à violência e ao uso das drogas, mostrando que podem agir de forma diferente e ter uma perspectiva de futuro.

Inicialmente começamos com a fase de observação da comunidade escolar e pesquisa documental com as propostas do plano pedagógico da escola. Em um segundo momento fizemos uma visita às instituições que cuidam da proteção da criança e do adolescente no município e no terceiro momento foram realizadas reuniões pedagógicas com os pais e os alunos de todas as turmas do turno da tarde.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é um local voltado para a busca do conhecimento entre todos os que formam este grupo, como o corpo docente e discente, funcionários, coordenadores e a equipe diretiva.

A escola hoje infelizmente vive momentos de terror gerados na comunidade local que convive com a incerteza no ambiente escolar devido à presença da violência, que se espalha para o meio escolar gerando desafios para a equipe diretiva e professores que são obrigados a lidar com esta situação diariamente.

A violência às vezes é influenciada pelos meios de comunicação, como a televisão, e os meios de entretenimento, como o vídeo game, esses veículos despertam curiosidades nas crianças e adolescentes que passam parte do seu tempo na frente de uma televisão absorvendo tudo o que é visto sem ter uma visão crítica do que é bom ou ruim e assim vai formando uma personalidade agressiva e acha que tudo e todos têm várias vidas como nos desenhos animados. Como mostra BARBERO, “mediações entre a televisão e o espectador, produzindo no imaginário da juventude novos sentimentos sobre a violência” (2001, p.127).

Os meios de comunicação devem publicar notícias violentas sem colocar nas primeiras páginas, mas procurar mostrar a sociedade formas de diminuí-las com um profissionalismo ético. Sem fazer desta reportagem a melhor da sua carreira jornalística. Como enfatiza Misse, “a responsabilidade dos meios de comunicação abrange o desafio de apresentar soluções para o enfrentamento da violência. Raramente as matérias de jornais, revistas e internet apontam uma solução para a criminalidade” (2006, p.437).

Portanto, se faz necessário trabalhar nas escolas modelos de prevenção contra a violência, criando programas educativos que mostrem os pontos positivos e negativos, para que as crianças e os adolescentes possam diferenciar o bom do ruim e fazer suas escolhas.

A violência se espalha no ambiente escolar, através de tratamentos agressivos de alguns “profissionais” da educação com os seus alunos; do ciúme entre as meninas com os meninos; do egoísmo de alguns em deter o conhecimento gerando o rancor dos menos interessados, causando uma guerra entre eles de destruir e prejudicar os chamados “nerdes”, que querem vencer através do estudo. Ainda encontramos a violência no seio

familiar como coloca Cardia:

“a violência vivida e testemunhada fora da escola tem impacto direto e indireto sobre a vida escolar: afeta o desempenho dos estudantes, as relações entre os alunos e dos alunos com os professores que contribui para aumentar a violência social” (1997, p. 124).

Sabemos que muitas crianças e adolescentes são tratados de forma inconveniente pelos seus familiares, que às vezes são famílias incompletas, pai com filhos criados sem o amor e carinho da mãe, ou vice versa, gerando a falta de tempo dos familiares para com seus pequenos, que ficam sozinhos em casa, sendo cuidados pela televisão aberta, que os mantêm quietos e calmos durante o período que os pais estão trabalhando e quando chegam não tem tempo para dar a devida atenção e carinho a estas crianças que vão à escola sedenta de atenção e aí começa a fazer atos para chamar atenção dos professores e funcionários da escola.

A escola é um local de aprendizagem e de um convívio social voltado para o bem estar de todos. O professor é um mediador do conhecimento que precisa saber sair de todas as situações indesejáveis que o ambiente venha a provocar, como discute Royer “uma escola é um lugar onde os jovens podem desenvolver e manter relações significativas, inclusive com adultos que se preocupam com o seu bem estar” (2002, p. 257).

De modo geral, observa-se que muitos pais acham que a escola é um lugar para resolver todos os problemas dos seus filhos, na realidade não é, é um lugar voltado para troca de conhecimentos e habilidades entre seus participantes. Mas, a política de formação de professores a participação ativa do docente em prevenir os casos de violência em sua sala de aula, através da observação, identificar aqueles que são agressivos desde os primeiros anos e aí desenvolver um trabalho em conjunto com os pais e outros profissionais do estabelecimento de ensino para que este aluno se socialize com a comunidade escolar.

Para tratar a questão da violência na escola o professor deve estar preparado para enfrentar os diversos casos que apareçam, sem ter uma fórmula pronta, com muita calma encontrar uma solução satisfatória. Precisa ter uma relação esforço - benefício para que o comportamento do aluno melhore e conseqüentemente traga melhorias para todos.

Segundo Gallagher, “os resultados de pesquisa podem ser comparados ao petróleo bruto. Todos dizem que é preciso, mas ninguém o colocaria diretamente no tanque de

gasolina de seu carro” (1987, p. 261). Então é necessário passar por um processo de aprendizagem, de conscientização e de reconhecimentos dos valores sociais, sentimentais e pessoais para obter os resultados positivos em relação a esses alunos agressivos e violentos, temos que lapidar como uma pedra preciosa para chegarmos aos fins desejados e não esquecendo a colaboração primordial dos pais, pois são eles que terão para a vida inteira, os outros profissionais são passageiros, já os pais ficam para sempre na vida do seu filho. Como trata Gallagher que

“como protagonista do desenvolvimento das políticas para a formação de professores, vocês sabem que as intervenções em sala de aula, por si sós, não são suficientes para educar os jovens que exibem comportamentos agressivos” (1987, p.263).

Então, é necessário que o professor possa contar com a participação de outros profissionais e com a parceria dos órgãos competentes para amenizar comportamentos inadequados dentro e fora da sala de aula.

É o diálogo que leva ao conhecimento uns dos outros. Pois, sabemos que a web está cada vez mais afastando as pessoas umas das outras, levando ao isolamento dos grupos, especialmente o da família, onde cada um vive interligado no seu grupo virtual e, conseqüentemente, não dialoga com as pessoas que estão ao seu lado. Segundo Richard Sennett¹ em uma entrevista, “interesse por formas de organização em que as pessoas possam permanecer juntas, sem que isso dependa exclusivamente do sucesso imediato de uma meta comum. Isso é particularmente importante para minorias e grupos oprimidos”. As pessoas precisam se unir, viverem juntas e cooperar umas com as outras, acabarem com os preconceitos ligados à sexualidade, raça, religião e outros que prejudicam a cooperação entre os seres humanos. Precisamos de pessoas que percebam quando alguém está triste e precisa do seu sorriso, do seu abraço, do seu bom dia. Então é isto que precisamos no cotidiano das escolas para minimizar a violência de quem vem precisando de uma palavra dócil e não encontra um ombro amigo e não vê isso no espaço escolar.

Por conseguinte, a violência vai continua presente no cotidiano do meio escolar, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069/90) atribui à criança e ao adolescente

¹ Sociólogo americano diz que cidades devem ser repensadas para estimular cooperação entre diversos grupos sociais. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/08/11/temos-que-valorizar-diferenca-entrevista-com-richard-sennett-459740.asp>

a condição de sujeito de direitos e deveres, levando assim, ao atendimento prioritário por parte da família, da sociedade e do Estado, cabendo a cada um de nós o dever de mudar a realidade do nosso país.

É necessário, analisar o histórico dos antecedentes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para entendermos como viviam as crianças e os adolescentes antes da existência desta lei que os protege.

Antes da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente entrar em vigor no Brasil o que existia era o Código de Menores, que em 1979 passou por uma reformulação sem romper, entretanto, com os ditames e o ideário do antigo código vigente de 1929. A ideologia presente nesses dois dispositivos “estavam recheadas de normas que “coisificavam” a infância e adolescência no Brasil, tornando crianças e adolescentes objetos do binômio tutela-repressão” (Leopoldo; Alves, 2014, p. 77). Ou seja, esse código não tinha como prioridade a proteção do menor e sim a punição caso fizesse algo de errado. Era um código de boa conduta para o menor em “situação irregular”.

Com a aprovação do estatuto da Criança e do adolescente em 1990 inaugura-se no Brasil um novo marco de uma legislação com um texto totalmente reformulado em seu conteúdo e ideário, rompendo definitivamente com os ditames do antigo código de menores. O Estatuto da Criança e do Adolescente,

“passa a conceber crianças e adolescentes como sujeitos de direito. O ideário da proteção integral era finalmente adotado, e crianças e adolescentes finalmente são reconhecidos como titulares de direitos fundamentais amplamente reconhecidos (...)” (Leopoldo; Alves, 2014, p. 77).

Destacando as principais ideias contidas na teoria da proteção integral, Leopoldo e Alves afirmam que essa teoria,

“(...) parte de um conjunto de ideias, conhecimentos, concepções e pensamentos que tomam crianças e adolescentes como cidadãos plenos, porém sujeitos à proteção prioritária, tendo em vista que são pessoas em peculiar desenvolvimento físico, psicológico e moral. Para a plenitude de suas existências ao longo da infância e da adolescência, sua integridade deve ser protegida e seus direitos devem ser respeitados.” (2014, p. 79)

Ao ler o Estatuto da criança e do Adolescente percebemos em seu texto plena concordância com esses ideais, que rompem definitivamente com a Doutrina da Situação

Irregular.

Os eixos em que se articula o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente são:

- Direito à vida e à saúde – Eixo central: sobrevivência. Principais atores envolvidos – a família e a sociedade. A criança e o adolescente têm o direito a uma alimentação de qualidade e acesso à saúde de qualidade que garantam a sua sobrevivência.

- Direito à educação – Eixo central: desenvolvimento pessoal e social. Principais atores: família e os profissionais envolvidos na área da educação. A criança e o adolescente têm o direito a uma educação gratuita de qualidade que proporcione o seu pleno desenvolvimento intelectual e social.

- Direito à dignidade – Eixo central: integridade física, psicológica, moral e social. Principais atores: família e sociedade. A criança e o adolescente têm o direito a ser tratada no seu ambiente familiar com respeito, sem abuso físico e psicológico daqueles que por dever devem proteger esses seres indefesos. Deve ser levada em consideração a peculiaridade dessa fase da vida respeitando os limites de desenvolvimento de cada criança e adolescente.

É possível afirmar que há uma dificuldade de compreensão no que se refere às questões que envolvem os direitos das crianças e adolescentes ao nos deparamos, por exemplo, com os comentários das pessoas quando se referem ao Estatuto da Criança e do Adolescente. As análises feitas pela população perpassam pelo senso comum. Um conjunto expressivo da população não se informa, não estuda e não procura conhecer, reproduzindo informações sem nenhum respaldo, apenas baseado no que ouviu falar, no que leu pela internet vindo de sites e pessoas não confiáveis que contagiam a coletividade com a sua “cegueira”. Os que mais tecem as críticas são os que não têm interesse algum em ajudar ou mesmo querem atrapalhar àqueles que se dedicam e se esforçam para que essa lei seja cumprida em sua plena efetividade.

Uma boa parte dos adolescentes sofre com uma família desestruturada para lidar com o problema social que ele é vítima: o uso de drogas. A principal responsável pelo bem estar das crianças e adolescentes é da família. Ao primeiro sinal de uso de drogas algo deveria ter sido feito. Acorrentar o adolescente é sinal de maus tratos e violação dos direitos desse adolescente. Segundo o relato de uma mãe do município procurou ajuda para o internamento em uma clínica especializada em recuperação de pessoas viciadas na

Secretaria de Saúde do município não obtendo resposta, resolveu acorrentá-lo quando sair para o trabalho no intuito de evitar que o mesmo saísse para alimentar o seu vício. A partir do momento que as entidades foram omissas elas também são responsáveis pela situação em que se encontra esse indivíduo usuário de drogas. Dessa forma, a não ajuda por parte de entidades que deveriam garantir os direitos e assistência da criança e do adolescente configura outra violação sofrida. Caberia nesse caso a intervenção de alguma secretaria municipal ou estadual visto que elas têm a função de atendimento e proteção especial à criança e ao adolescente garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O encaminhamento adequado poderia ser feito de duas formas. Uma delas seria a internação desse adolescente em uma casa de recuperação sendo assistido por uma equipe especializada e com acompanhamento psicológico. Outra forma seria um acompanhamento permanente com visitas periódicas à residência do adolescente por parte das entidades responsáveis, oferecendo ajuda psicológica e assistencialista à toda família.

O que pode ser feito para que possamos resgatar uma conduta ética solidária seria despertar nas crianças e nos adolescentes dentro do ambiente escolar, ações que eles possam reproduzir dentro do seu ambiente de convívio familiar. Mostrando que antes de exigir os nossos direitos devemos primeiro cumprir com todos os nossos deveres de “cidadãos”. Para exigirmos de qualquer esfera da sociedade devemos ser pessoas conscientes do nosso papel como indivíduo e como ser participante de uma coletividade e que todos dependem das nossas simples ações individuais para o bom equilíbrio da nossa sociedade em todos os âmbitos que possam ser pensados.

Na condição de profissionais que lidam com pessoas e, em especial, crianças e adolescentes em processo de formação, devemos estar atentos a tudo o que acontece com cada um dos alunos dentro da sala de aula. Conhecendo a personalidade deles no dia a dia podemos identificar uma possível mudança de comportamento causado por algo que esteja acontecendo na vida deles, seja no âmbito familiar ou até mesmo na convivência dentro da escola com os amigos.

A partir do Decreto Legislativo nº 178 de 1999 do Senado Federal do Brasil, entende-se que o termo criança designa toda pessoa menor de 18 anos. (Artigo 2, convenção 182). Comparando esse decreto com o ECA percebemos que o último designa o termo criança para os indivíduos até os 12 anos de idade incompletos (art. 2). Como trata-se de um decreto para erradicar o problema do trabalho infantil percebe-se que é entendido

por criança todos que estão em estágio de formação até os 18 anos completos, garantindo dessa forma proteção aos que estão nessa faixa de idade contra trabalhos desumanos e degradantes e que colocam em risco o desenvolvimento desses indivíduos.

Além de estabelecida a idade, coloca-se também a realização de políticas públicas para que se cumpra tal meta estabelecida. Na história do Brasil se fez necessário a criação de leis que garantissem os direitos de todas as crianças e adolescentes. Segundo Damascena e Ramos:

“É por meio da legislação que fica garantido o direito ao acesso, permanência e sucesso de todo cidadão à educação escolar básica. Uma vez que esta é, seguramente, uma dimensão fundante para a condição de cidadania e, de certa maneira, garante uma maior inserção de todos nos espaços sociais e também político, e ainda possibilita uma maior qualificação para o mundo e para o trabalho” (2014, p. 111)

Analisando o texto do decreto, podemos perceber claramente que em seus propósitos a questão das polícias públicas está bem discutida para que sejam adotadas “medidas eficazes e em prazo determinado para: assegurar o acesso ao ensino básico gratuito e, quando for possível e adequado, à formação profissional a todas as crianças que tenham sido retiradas das piores formas de trabalho infantil; identificar as crianças que estejam particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e, levar em consideração a situação particular das meninas.” (artigo 7). Além disso, os projetos seriam elaborados com a colaboração de instituições governamentais e outros colaboradores que assim manifestarem interesse.

Dentro da perspectiva de inclusão social as políticas públicas adotadas são no sentido de incluírem na sociedade esses indivíduos que por não terem condições de acesso a um estudo adequado possam se desenvolver e se reintegrar de forma qualificada no mercado de trabalho levando em consideração as condições a que essas crianças estavam expostas.

A redução da maioria penal está sendo discutida exaustivamente na mídia. Ambos os lados apresentam argumentos válidos para sustentar o seu ponto de vista sobre a questão. Mas as pessoas que defendem a redução da maioria penal devem atentar que, de certa forma, tal iniciativa é uma manobra do Estado de retirar da sua responsabilidade a implementação de fato e por direito conquistado ao longo da história de políticas públicas voltadas para a recuperação das crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade e garantir o pleno acesso dos jovens às escolas.

Antes de cumprir com suas obrigações, o Estado adota a medida de punir àqueles que são excluídos de um processo educacional de qualidade a que tem direito garantido por lei e pela constituição. Um estado que discute cidadania retira o direito à cidadania de indivíduos em processo de formação que sequer tiveram a oportunidade de desfrutar dos benefícios que supostamente o mesmo Estado tem por obrigação oferecer. Segundo a convenção 182 que teve o seu texto aprovado no decreto, coloca em seu artigo 7 que deve-se:

- “a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
- b) prestar a assistência direta necessária e adequada para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e inserção social;
- c) assegurar o acesso ao ensino básico gratuito e, quando for possível e adequado, à formação profissional a todas as crianças que tenham sido retiradas das piores formas de trabalho infantil;
- d) identificar as crianças que estejam particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas;
- e) e, “levar em consideração a situação particular das meninas.”

Aprovar a redução da maioria penal é negar às crianças todos os direitos adquiridos por elas historicamente conquistados e aprovados em leis.

CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO

Para o levantamento de dados primeiramente foi feita uma pesquisa no Colégio Estadual Governador Albano Franco para uma melhor caracterização do local em que pretende intervir. Foram levantados dados sobre a quantidade de alunos existentes na escola, assim como o número de professores e funcionários, onde foi constatado que existe uma média de 700 alunos e 30 professores. Diante desse levantamento foi possível estabelecer com mais clareza quantas pessoas serão envolvidas no projeto para o melhor funcionamento do plano de intervenção em todas as suas etapas e assim discriminar o que cada um pode fazer na colaboração para a implantação das atividades propostas.

Na época (maio a outubro de 2015) da realização desse levantamento, que contou apenas com a observação e colaboração dos docentes da instituição, não havia nenhuma ocorrência na escola em relação aos alunos, porém no decorrer do tempo observamos que o comportamento dos alunos começou a mudar, sendo registrados casos de usos de drogas ilícitas, como maconha, dentro da escola e ameaças de alunos para com os professores havendo certo desgaste no bom relacionamento constatado no início da pesquisa. Muitos alunos passaram a não frequentar as aulas com assiduidade e começaram a hostilizar os professores que se opunham ao seu comportamento.

Para esse levantamento foi utilizado um questionário seguindo o modelo proposto nos módulos de estudo do curso. O questionário foi elaborado pelos coordenadores das disciplinas do curso e abordou questões pertinentes para que pudéssemos conhecer a realidade física da escola e as propostas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes.

Para complementar o levantamento de dados foi realizada uma visita à instituição da rede de proteção à criança e ao adolescente do município de Riachuelo. O único órgão de proteção presente no município é o conselho tutelar. Foi feita uma entrevista de acordo com as atividades propostas ao longo do curso, onde pode ser constatada a fragilidade do conselho tutelar do município. A referida entrevista foi realizada a partir de um questionário elaborado pelo coordenador de uma das disciplinas do curso e abordou questões para que tivéssemos conhecimento sobre o funcionamento e atuação da instituição dentro do município.

Primeiramente, não há uma sede em um local fixo. O conselho funciona precariamente em uma casa onde é identificado através de um banner na fachada. Há uma

sala pequena onde ficam os funcionários e os computadores para a realização do trabalho diário. Ao lado um pequeno quarto que funciona como arquivo dos processos abertos, sem muito espaço e cuidados na conservação e armazenamento dos documentos institucionais.

Um dado que não pôde ser levantado na realização da entrevista foi índice de adolescentes atendidos e os índices de violência contra esses adolescentes. Como a instituição funciona em uma casa sem muita segurança, recentemente havia ocorrido um assalto e os computadores foram todos roubados (os funcionários não souberam precisar exatamente há quanto tempo havia ocorrido o assalto). A única forma de levantar esses dados seria fazendo uma pesquisa documental detalhada em todos os registros por escrito o que demandaria muito tempo para realizar tal tarefa. Mas foi informado pela funcionária através de uma entrevista que os índices de violência no município são altos e a instituição não tem estrutura para atender a todos os menores infratores sendo muito grande o número de recorrência dos delitos cometidos pelos jovens atendidos recentemente pelo conselho.

Segundo dados de um relatório publicado pelo governo do Estado de Sergipe² e que tem como base os dados fornecidos pelo IBGE, o município de Riachuelo proporcionalmente à sua população ocupa o 4º lugar em número de homicídios. O relatório não fornece dados detalhados sobre a faixa etária da população a que se referem esses dados, mas podemos inferir que se trata de um município com um índice de violência relativamente alto em relação a sua população. Esses homicídios muitas vezes não aparecem nos noticiários da imprensa local e quem trabalha ou mora no município pode vivenciar essa realidade no cotidiano. Periodicamente os alunos da escola trazem notícias de colegas que sofreram violência física ou de conhecidos que foram assassinados por motivos relacionados às drogas.

A partir dessa entrevista pode ser constatado que o conselho tutelar trabalha de forma praticamente isolada das outras redes de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco. A única instituição dentro do município que oferece ajuda é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que é uma instituição da prefeitura que acolhe mães desamparadas, crianças e idosos. É um local onde somente se desenvolvem atividades temporárias e apoio psicológico. Não é uma instituição de internamento ou

² Relatório disponível no link: <http://www.napsec.se.gov.br/arquivos/RelatorioFinal01.pdf> acessado em: 28/12/2015

abrigo. Os menores que sofrem violência familiar podem contar com esse apoio, porém os menores infratores não tem como ter um acompanhamento mais eficiente.

Quando um menor comete um crime, o conselho encaminha logo para o CENAM ou USIP e após o período legal de internamento esse jovem volta para o seu município de origem sem um acompanhamento de perto por nenhum profissional especializado ou nenhuma instituição que possa fazer visitas periódicas de acompanhamento familiar e também não há uma instituição que possa oferecer uma atividade regular ocupacional para o menor infrator.

Para completar o diagnóstico foi realizada uma reunião pedagógica entre os docentes e pais de alunos. A reunião foi realizada em dias alternados com as diferentes turmas para que fosse possível a presença dos pais da maioria dos alunos convocados. Na tentativa de poder conhecer a rotina seguida pelos estudantes, os professores conversaram individualmente com todos os responsáveis por cada um dos alunos matriculados na escola para poder identificar a rotina seguida por eles fora da escola.

Dessa forma pode-se saber o que cada um faz de atividades (trabalha, ajuda em casa, cuida dos irmãos mais novos etc.) para fazer um levantamento dos motivos que levam os alunos a faltarem às atividades escolares e o possível desinteresse de alguns deles pelas próprias atividades desenvolvidas pelos professores. Uma das formas de comunicação mais fácil para a equipe da escola é que muitos alunos são irmãos ou possuem parentes (primos, sobrinhos) estudando juntos, facilitando a comunicação e a informação sobre as faltas escolares. Como o município é relativamente pequeno e a equipe reside no município, tem conhecimento de todos os pais e responsáveis por cada um dos alunos que estudam na instituição.

Foi possível com esse levantamento identificar que uma parcela dos alunos falta por que tem obrigações dentro de casa como cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham. Outra parcela ajuda dentro de casa trabalhando em horário contrário, chegando muitas vezes cansado na hora das atividades escolares. A maioria não realiza atividade alguma sendo somente as faltas justificadas por desinteresse e envolvimento com grupos de colegas que os levam muitas vezes ao consumo de drogas lícitas ou ilícitas. Essa terceira etapa do diagnóstico foi a mais importante para que pudéssemos realizar o projeto e desenvolver as atividades, pois conhecemos de perto a rotina de todos os alunos assim como os seus responsáveis e o que leva a cada um a não ir para escola.

O município de Riachuelo é pequeno em território e população. Segundo dados do IBGE, a população é estimada em pouco mais de 9.000 habitantes sendo que 84% moram na zona urbana, onde está localizada a escola. Grande parte dos alunos matriculados residem na zona urbana e uma parcela em povoados e depende do transporte da prefeitura para se locomover até a escola.

Boa parte da população trabalha na cidade de Aracaju e as pessoas que não querem sem deslocar para a capital trabalham nas poucas fábricas próximas ao centro da cidade (como a SISA), na usina de beneficiamento de cana de açúcar (Usina Pinheiro) e em uma fábrica de fertilizantes nitrogenados (FAFEN) que fica na estrada estadual que dá acesso à cidade. O comércio no centro da cidade limita-se às ruas da praça principal e algumas lojinhas (em sua maioria de roupas) e em ruas afastadas nas casas dos moradores.

CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

Após a caracterização da comunidade escolar, começamos a planejar a efetiva intervenção dentro do ambiente escolar. Quando conversamos com os pais dos alunos pudemos constatar a realidade já previamente pensada: uma parcela dos alunos está envolvida com as drogas sejam elas lícitas ou ilícitas. Encontramos jovens que começam a beber cedo demais e também jovens que experimentam outros tipos de drogas e acabam perdendo completamente o interesse pelos estudos e pela escola.

Diante desse cenário foram traçadas metas para intervenção e interação dentro dessa comunidade envolvendo tanto os pais como os alunos. O objetivo geral desse projeto é o envolvimento dos pais e da própria comunidade que foram convidados a sempre estarem presentes e acompanhar de perto as atividades de rotina dos seus filhos, fazendo visitas periódicas à escola independente de convocação para reunião. Dessa forma, temos sempre a presença dos responsáveis que além de olhar pelos seus filhos podem acompanhar de perto o trabalho desenvolvido por todo o corpo docente. Esse tipo de intervenção se faz necessário visto que o município de Riachuelo tem relatos alarmantes de violência e envolvimento de alunos e ex-alunos com atividades desfavoráveis (como uso excessivo de aparelhos eletrônicos) ao desenvolvimento intelectual e social de jovens e adolescentes.

Os alunos contemplados inicialmente serão os que estudam no turno da tarde e que estão cursando o ensino fundamental maior (6º ao 9º ano). A faixa etária que temos varia de 11 à 18 anos. Essa escolha se deu fundamentalmente pelo fato desses alunos estarem boa parte em desvio de idade para a série que cursa. Muitos alunos são repetentes, estando na mesma série há mais de 3 anos consecutivos. Um exemplo disso são os alunos de um dos 6º anos com média de idade de 14 anos.

Para o andamento das atividades, temos como objetivo envolver toda a comunidade escolar (professores, funcionários, alunos, equipe diretiva) para uma atuação em conjunto e transformar a realidade em que esses jovens estão inseridos tornando a escola um local onde eles queiram estar e aprender todos os dias e dessa forma conscientizar e educar os adolescentes através de exemplos.

Principais atividades a serem desenvolvidas:

- Convidar, através de explicações do projeto em sala de aula e comunicado por escritos aos pais e responsáveis, os alunos em horário contrário às aulas e finais de semana para arrumação e organização da biblioteca. Ambiente que, após organizado poderá ser utilizado por toda a comunidade escolar, inclusive estabelecer um sistema de empréstimos de livros para que cada vez mais ocorra o interesse pela leitura.

- Promover um mutirão de limpeza da escola: limpar as carteiras riscadas e o próprio ambiente, para que se torne o mais agradável possível, conscientizando dessa forma a importância não somente de se limpar no momento, mas de manter a organização e a limpeza.

- Promover atividades extra curriculares dentro da escola programadas previamente dentro do calendário para que se tornem regulares, como o desenvolvimento de oficinas de dança e música. Dessa forma, ocupando o tempo ocioso, os alunos poderão convidar os seus colegas a participarem junto com eles das atividades despertando o interesse por

- Estabelecer parcerias da escola com outras instituições (SESI, por exemplo) com a finalidade de apresentar alternativas de estudo e trabalho.

Para a realização da primeira atividade serão convidados todos os alunos de todas as séries e selecionar os que se interessarem em desenvolver a atividade, visto que não será uma obrigação e sim o trabalho voluntário de arrumação e valorização do ambiente escolar. Para essa etapa contamos com uma das professoras da própria escola que além de ser graduada na disciplina que leciona (Inglês) também possui graduação em biblioteconomia e já se disponibilizou a colaborar com seus conhecimentos para a organização dessa etapa e coordenar todo o trabalho com os alunos.

Os livros que deveriam fazer parte da biblioteca encontram-se totalmente desarrumados nas estantes e muitos ainda estão encaixotados. A proposta é começar o trabalho através da orientação de um profissional qualificado na área de biblioteconomia para promover uma organização simples e de fácil acesso. Para tanto, o quadro permanente de professores conta com um profissional habilitado nessa área para realizar essa tarefa. As etapas a serem realizadas são: 1- higienização do ambiente e dos livros; 2- catalogação do material; 3- etiquetagem e organização nas estantes.

A primeira atividade se faz necessária antes de iniciar o trabalho de fato porque o ambiente está há muito tempo sem uso e os livros e as mesas da biblioteca encontram-se totalmente cobertos de poeira. Para tanto serão disponibilizados aos coordenadores e aos

alunos participantes máscaras, luvas e material de limpeza como escovas macias para a correta limpeza e conservação dos livros e apostilas. Após essa etapa, será feita uma catalogação e separação de todo o material por área para que todos os livros se tornem acessíveis aos nossos alunos. Pretende-se criar também um sistema onde todos possam pegar os livros emprestados e levá-los para suas casas e apreciar a leitura com calma.

O maior objetivo a ser alcançado com essa atividade do plano de intervenção é que os nossos alunos da escola em todos os níveis de ensino (Médio, Fundamental e EJA) possam ter acesso fácil à leitura de qualidade dando a eles a oportunidade de leitura tanto dentro da escola como emprestando os livros visto que muitos não possuem livros em suas casas por não terem condições de comprá-los.

A participação dos alunos de todo esse processo de arrumação desse importante espaço escolar permitirá que percebam a importância de se conservar os livros e o próprio ambiente em que estão inseridos. Através do trabalho em conjunto eles poderão passar para os demais colegas as informações a respeito do que fizeram e socializar o trabalho que tiveram para poder arrumar o ambiente e eles mesmos dessa forma fazem um trabalho conscientização dos seus colegas para que utilizem o espaço de forma consciente e conservação do material presente na biblioteca recém organizada. Além disso, pretende-se que os alunos possam compreender que todo trabalho exige uma metodologia para ser realizado e os mesmos participando do processo é uma oportunidade de aprendizado de um conteúdo que normalmente não é abordado dentro das salas de aula.

A segunda proposta do plano de intervenção é a limpeza da escola. Para tanto, pretende-se organizar essa atividade em um dia de sábado, onde não há aula convencional para que todos os alunos da escola sejam convidados a participar dessa tarefa. Começando pelo próprio ambiente de estudo que é a sala de aula, promover uma limpeza individual de cada uma das carteiras da escola. Cada aluno ficará responsável por limpar a própria carteira em que senta e escreve todos os dias.

Dentro da sala de aula o que os professores observam é que os alunos desenham, escrevem e pintam as carteiras com corretivo. Fazendo o trabalho de limpeza, essa atividade conscientizará que a responsabilidade pela conservação do mobiliário que compõe a escola não é somente das pessoas encarregadas da limpeza, mas sim de todos nós que frequentamos e utilizamos no dia a dia a sala de aula.

A terceira proposta desse plano é uma série de atividades que promoverão o autoconhecimento dos discentes através de oficinas e atividades práticas. Para a realização dessa etapa a escola poderá firmar parcerias com profissionais que queiram realizar trabalho voluntário. Primeiramente a proposta é fazer uma pesquisa com os alunos e dividir as turmas e a quantidade de interessados em cada uma das oficinas respeitando as escolhas individuais e as aptidões de cada estudante por determinada área.

As aulas de dança pretendem valorizar a linguagem corporal das crianças e adolescentes. Com essas aulas os alunos terão oportunidade de conhecer os diversos tipos de dança e conseqüentemente de músicas existentes e aprender a se valorizar. Com a dança também é possível trabalhar dentro da escola conceitos de gênero e a sua construção dentro da nossa sociedade onde pode ser mostrado aos alunos que todas as atividades podem ser desenvolvidas por todos, meninos e meninas. Além disso, pretende-se mostrar através de exemplos, que existem outros estilos musicais e danças diferentes do que estão normalmente acostumados a reproduzir.

A última atividade, o aprendizado de teoria e prática musical, pretende despertar maior interesse nos alunos na participação e empenho de todos eles. Na cidade, há uma banda marcial que tem ensaios regulares composta por integrantes de todas as idades e escolaridades. Muitos alunos da escola fazem parte dessa banda e ensaiam regularmente principalmente para as apresentações dos desfiles de 7 de setembro em diversos municípios sergipanos. Além disso, conversando individualmente com alguns, percebe-se o interesse dos mesmos pela música e alguns fazem aulas particulares de instrumentos como violão, teclado, flauta.

Nas aulas de teoria musical e instrumentalização pretende-se trabalhar com dois instrumentos simples e relativamente baratos para aquisição: violão e teclado. Com isso, serão apresentados aos alunos os diversos gêneros musicais ampliando as possibilidades de aprendizado de novos conceitos e novas habilidades.

Para a execução de todas as atividades serão convidados profissionais qualificados em suas respectivas áreas e que queira realizar trabalhos voluntários com a comunidade escolar. Os custos para a realização das atividades serão divididos entre a escola e parcerias realizadas com empresas que queiram colaborar e projetos do governo para fornecer alguns instrumentos musicais. Objetos de uso pessoal como cadernos para anotações serão de responsabilidade dos alunos.

Veja o quadro demonstrativo abaixo:

PARCEIROS ENVOLVIDOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS	MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS	CUSTOS DAS ATIVIDADES
Supermercados locais.	Arrumação dos livros da biblioteca.	50 pessoas entre professores, alunos e funcionários.	Material de limpeza (03 águas sanitárias, 01 pacote de sabão em pó, 03 detergentes, 10 buchas, 03 panos de chão, 03 flanelas), 20 escovas macias, 10 estantes, 250 etiquetas, 50 pares de luvas e 50 máscaras.	R\$ 900,00
Prefeitura Municipal.	Limpeza da escola.	Alunos do 8º e 9º anos, professores e funcionários	Material de limpeza: 03 pacotes de sabão em pó, 04 águas sanitárias, 04 panos de chão, 03 limpas vidros; 20removedores de corretivos, 20 lixas e 04 latas de tintas para pintura das carteiras.	R\$ 150,00
Câmara dos vereadores	Oficinas de atividades práticas de dança e música para formar grupos de acordo com as habilidades.	Todos os alunos, professores, diretor, coordenadores e funcionários.	300 Fichas e 300 formulários.	Sem Custo
Secretaria de Educação do Estado (SEED) e Comerciantes locais.	Grupos de danças e práticas musicais.	Inicialmente 100 alunos com danças e 20 alunos para as práticas musicais.	Aparelho de Som com caixa acoplada, violão, violino e teclado	R\$ 4000,00

Quadro 1- Demonstrativo de valores de materiais

Com a realização dessas atividades envolvendo a maioria da comunidade escolar pretende-se que os alunos identifiquem-se com o ambiente escolar e estabeleçam um vínculo afetivo tanto com o espaço como com os profissionais envolvidos no projeto e dessa forma, através de exemplos e atividades combater a falta de interesse e a violência presente nesse ambiente de convivência social tão importante na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres dentro da sociedade.

Cronograma de atividades:

Atividades	Tempo de execução
Período de divulgação	3 semanas antes do início das atividades com panfletos e carro de som circulando pelas ruas da cidade.
Inscrições	1ª semana de aula na secretaria da escola.
Organização da Biblioteca	5 meses: as atividades terão início no começo do ano letivo escolar: Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto.
Limpeza da escola	Começo do ano letivo em Março, com duração de 2 semanas.
Oficinas de dança	4 meses: dependendo da disponibilidade do facilitador
Oficinas de música	4 meses: dependendo da disponibilidade do facilitador
Realização de palestras com o tema: profissões	Mensalmente até o final do ano letivo – dependendo da disponibilidade do profissional da instituição que irá proferir a palestra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início das atividades voltadas à elaboração desse trabalho, ao pensar como iríamos desenvolver um plano de intervenção para ser aplicado em uma escola foram cogitados alguns temas específicos como por exemplo desenvolvimento de uma única atividade: ciclo de palestras que tivessem como assunto principal as drogas.

Durante os encontros de orientação fomos repensando o desenvolvimento do trabalho assim como o tema principal e à medida em que acontecia a observação do ambiente escolar percebemos a necessidade de envolver todos os que fazem parte da instituição direta ou indiretamente (alunos, professores, equipe diretiva da escola e os pais dos alunos).

A partir dessa constatação começamos a desenvolver um plano de intervenção que contemplasse atividades variadas levando-se em consideração a diversidade e pluralidade do universo adolescente. O objetivo inicial estabelecido é apresentar aos jovens uma realidade diferente à qual eles estão acostumados a lidar no dia a dia: drogas e violência. Apresentar possibilidades para que eles não queiram se envolver com roubos, venda e uso de drogas. As atividades que constam no plano de intervenção foram pensadas com base na observação e conversa com os alunos levando-se em consideração os interesses e necessidades dos adolescentes.

O plano foi traçado com o objetivo inicial de lançar uma ideia de intervenção e devido ao pouco tempo para o estabelecimento de parcerias, somente uma das atividades (organização da biblioteca) tem coordenação definida pois trata-se da colaboração de um profissional que trabalha no próprio ambiente escolar e que se dispôs a realizar essa etapa do projeto. As demais atividades demandam tempo de pesquisa e seleção para atuação de profissionais e empresas que queiram ser parceiras nesse empreendimento.

Contando com a colaboração de todos (professores, equipe diretiva, coordenadores, demais funcionários da escola, alunos e pais de alunos) espera-se que ao executar o plano de intervenção, os alunos queiram participar das atividades escolares e transformar o ambiente de convivência diário em um lugar de convivência agradável e de aprendizagem para o desenvolvimento intelectual e social dos adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **As violências nas escolas**. In: O bê-á-bá da intolerância e discriminação. Projetos do UNICEF. Brasília

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BARBERO, Martim. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2001.

CARVALHO, D. W. FREIRE. Maria Teresa e VILAR, Guilherme. Mídia e violência: Um olhar sobre o Brasil. *Re. Panam Salud Pública*. 2012;31950: (435 -8). Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v31n5/a12v31n5.pdf>. Data de Acesso: 06.01.2016.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. *Contemporânea Educacional*.V.2, n.2, p.26-99, 1997.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999.

CURY, Munir (org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 10. Ed. São Paulo, Malheiros, 2010.

DAHLBERG. Linda L. & KRUG, Etienne G. **Violência: Um problema global de saúde pública**. (artigo científico)

GALLAGHER, J.J. The role of rescach in the future of special education. In: **Council For Exceptional Children Symposium, The Future os Special Education**. Lake Genera, Wisconsin, 1987. *Proceedings*. Lake Genera: Council for Exceptional Children, 1987. (pg. 251-265)

LEOPOLDO, Denise Leal Fontes; ALVES, Robson Cosme de Jesus. **Marco Legal e Institucional da Proteção da Criança e do Adolescente: princípios informadores e eixos estruturais**. CESAD: São Cristóvão, 2014.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. **Violence in schools: identifying clues for prevention**, *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.7, n.13, p.119-34, 2003.

SENNETT, Richard. Mídias Sociais reduzem a capacidade de aprender. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/entrevistas/midias-sociais-reduzem-a-capacidade-de-aprender-diz-richard-sennett>. Data de acesso: 11.12.2015.

_____. Temos que valorizar as diferenças. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/08/11/temos-que-valorizar-diferenca-entrevista-com-richard-sennett-459740.asp> Data de acesso: 10.12.2015.

_____. Classes diferentes deveria se misturar no espaço público. Disponível em:<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/08/richard-sennett-classes-diferentes-devem-se-misturar-no-espaco-publico-4830361.html>.Data de acesso: 05.01.2016.

ROYER, Égide. A violência escolar e as políticas da formação de professores. In: **Violência nas escolas e políticas públicas** / organizado por Eric Debarbieux e Catherine Blaya. . Brasília: UNESCO, 2002. (p. 251 - 266).

WASELFISZ, Júlio Jacob. Mapa da Violência 2014. In: **Os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro. 2014. Flacso0 Brasil. Pág. 96 a 128.
